



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Miguel António Bastos Brandão, José Miguel Ramos Ferreira, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho e Rita Alexandra Caetano dos Santos.-----

Faltou a Vereadora Célia Maria da Conceição Mateus, que solicitou a respetiva substituição, nos termos do art.º 78.º e seguintes da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na reunião camarária de 7 de novembro de 2014. -----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e doze euros e quarenta e seis cêntimos;-----

Operações Orçamentais: um milhão, novecentos e trinta e oito mil, cento e treze euros e dezasseis cêntimos; -----

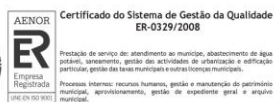
Operações de Tesouraria: trezentos e noventa e um mil, seiscentos e noventa e nove euros e trinta cêntimos.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Aprovação das Atas n.ºs 20/2014 de 3 de outubro de 2014; n.º 21 de 17 de outubro; e n.º 22 de 31 de outubro. -----

Em virtude das atas n.ºs 20 e 21, das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de 3 e 17 de outubro e da ata n.º 22 da reunião extraordinária de 31 de outubro de 2014, terem sido previamente distribuídas por todos os membros do Executivo, prescindiu-se da leitura das mesmas, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade, exceto a Vereadora Rita Santos que se absteve na reunião camarária de 17 de





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

outubro, por não ter participado na mesma e os vereadores José Miguel Ferreira e Sérgio Sêco, que se abstiveram na aprovação da ata da reunião camarária de 31 de outubro de 2014, por não terem participado na mesma. -----

Posto isto e com a presença da Assistente Técnica Ana Margarida Mendo, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

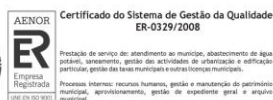
Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que anunciou aos restantes membros ter sido publicada no dia anterior uma portaria conjunta da secretaria de estado da cultura e secretaria de estado adjunta e do orçamento que prevê que avancem as obras do Mosteiro de Santa Maria de Semide ainda no âmbito do atual quadro comunitário, estando previsto um investimento global da administração central de cerca de 374.000 euros mais IVA, estando já feita a afetação por anos em 2014 e 2015. Mais informou que as obras só deverão iniciar-se em janeiro, culminando uma luta de todos, nomeadamente população e órgãos municipais, congratulando-se pelo facto. -----

Usou de seguida da palavra o Vereador José Miguel Ferreira que questionou o Senhor Presidente sobre qual foi o critério para fazer os convites para o evento do clube dos empresários. -----

Usou da palavra a Vereadora Rita Santos que insistiu numa questão colocada em reunião anterior e que se traduz no pedido de um relatório onde constem as taxas e coimas cobradas no estacionamento da Av. José Falcão e que ainda não recebeu. -----

De seguida a Vereadora que solicitou a atenção do Senhor Presidente para que exista o cuidado de as intervenções dos vereadores, constarem dos documentos que são entregues aos deputados municipais e presentes nas assembleias municipais. Mais referiu que o pedido se prende com facto de os deputados municipais não estarem a ter acesso nomeadamente às intervenções dos vereadores da oposição, situação que dificulta o seu trabalho. -----

De seguida interveio o Vereador Sérgio Sêco que relativamente à questão do Mosteiro de Semide referiu que já havia conhecimento desde há cerca de três semanas, de que a portaria seria publicada, sendo contudo necessário aguardar a formalização. Manifestou o seu contentamento pelo facto de a obra finalmente avançar, referindo a pressão feita pelo PSD para que tal fosse possível e o Mosteiro não viesse a desaparecer como em tempos aconteceu com o castelo. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

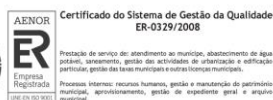
O Vereador referiu de seguida que teve oportunidade de colaborar gratuitamente com o projeto Mentos Brilhantes e verificar o grande desenvolvimento das crianças envolvidas. Criticou o facto de ainda não ter sido presente em reunião de câmara o protocolo de apoio ao projeto, referindo a necessidade de a autarquia apoiar o mesmo. -----

O Vereador terminou a sua intervenção referindo que nos últimos tempos e ao contrário do que era habitual, a ata das reuniões não está a ser facultada por correio eletrónico, situação que dificulta a correção das mesmas pelo que solicitou ao Sr. Presidente que dê instruções aos serviços para que tal volte a acontecer. -----

De seguida usou da palavra a Senhora Vice-presidente para referir que o município recebeu mais uma bandeira que o distingue como autarquia mais familiarmente responsável reiterando que é objetivo da autarquia manter as políticas de apoio às famílias, agradecendo o trabalho realizado pelas técnicas da área de serviço social da autarquia, na pessoa da Dr.^a Luísa Camilo, pessoa que tem estado a liderar o processo. -----

De seguida o Senhor Presidente passou a responder às questões colocadas começando por salientar o bom trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela autarquia na área social, meritoso não só para a autarquia e os seus colaboradores como também para as instituições que colaboram ativamente na área. Trata-se, em sua opinião, um trabalho ao qual deve ser dada continuidade, independentemente de quem esteja na liderança da autarquia de modo a que Miranda do Corvo continue a ser uma referência na área social. -----

Em relação à questão colocada pelo Vereador José Miguel Ferreira acerca dos convites para a reunião de empresários, o Senhor Presidente referiu que se tratou de uma iniciativa dos empresários e para os empresários, como aliás deixou claro na referida reunião de trabalho. Mais referiu que sendo uma reunião de trabalho a mesma não foi sequer tornada pública logo como um primeiro passo de garantia da independência da mesma em relação ao poder político. Referiu que os convites foram enviados em parceria e total sintonia com o Eng.º Hugo Serra, Presidente da comissão instaladora, sendo certo que não é fácil estabelecer uma fronteira entre quais os empresários a convidar e não esquecendo que nem sempre existem contactos de todos os empresários. Mais referiu que o clube de empresários começou por ser um grupo restrito e que está a fazer o seu caminho e que à Câmara cabe apoiar a iniciativa em completa sintonia com os empresários, deixando-os seguir o seu caminho de forma independente. Referiu ser esta a sua postura e por esse motivo não foi feita qualquer nota de imprensa em relação à iniciativa. Mais referiu que se houve falhas no convite, assume a sua quota de responsabilidade, não esquecendo que os mesmos foram feitos em completa





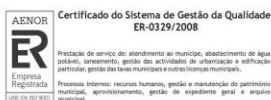
câmara municipal MIRANDA DO CORVO

sintonia com a comissão instaladora. Concluiu referindo que o que importa ressaltar é que se trata de uma iniciativa louvável que deve ser apadrinhada e apoiada num futuro próximo, esperando que não se crie nenhum caso político que possa prejudicar o nascimento da entidade que é fundamental para que os empresários tenham mais força. -----

Relativamente às questões colocadas pela Vereadora Rita Santos, informou que na reunião de 17 de outubro esteve presente uma informação sobre as receitas do parquímetro, que lhe poderá ser fornecida. Sobre as transcrições integrais das declarações de voto nomeadamente em documentos que são enviados para a assembleia municipal informou que quando se trata de reuniões de câmara que antecedem as da assembleia municipal, não é fácil incorporar todas as declarações uma vez que tal só pode ser feito depois de a ata da reunião de câmara ser aprovada, sendo que de imediato só é aprovada a minuta. Mais informou que quando se trata de deliberações que são tomadas com antecedência maior, a ata irá na íntegra à assembleia, não só com as declarações de voto como com todas as intervenções. Concorda que pelo menos as declarações de voto devem ser transcritas mas para isso é fundamental que no dia da reunião forneçam o ficheiro aos serviços para que possam ser incluídas no extrato da ata, mas no caso das intervenções a sua inclusão não é fácil. Referiu que a metodologia da inclusão das declarações de voto possa ser seguida se os vereadores enviarem para os serviços as mesmas. -----

Respondendo ao Vereador Sérgio Sêco, referiu, relativamente ao projeto mentes brilhantes, tratar-se de questões recorrentes, tendo o assunto estado para ser agendado não o sendo apenas porque o protocolo ainda não mereceu a concordância da ADFP. Referiu que a proposta de protocolo virá à reunião para ser aprovada a sua versão final, sendo que as linhas gerais do apoio que a Câmara irá dar ao projeto já estão definidas, estando mesmo inscrito no orçamento e nas GOP para o próximo ano. Relativamente ao envio das atas por email, não vê qualquer impedimento a que isso aconteça, tanto mais que os vereadores nem sempre podem deslocar-se à autarquia para as consultar, pelo que irá pedir aos serviços que o façam. -----

Voltou a usar da palavra o Vereador José Miguel Ferreira que referiu que, infelizmente, a política passa a entrar nas coisas quando o executivo também faz por isso, referindo algumas incongruências nas explicações do Senhor Presidente e na realidade dos factos: em primeiro lugar referiu que o clube de empresários se iniciou há algum tempo atrás com a realização de almoços regulares onde os empresários se juntavam para discutir os seus problemas, soluções e parcerias, numa organização completamente privada onde se convidava quem se entendia. Entende o Vereador que a iniciativa que o Sr. Presidente referiu





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ser “dos empresários e para os empresários” cujo convite foi feito em parceria com grande relevância para o presidente da comissão instaladora, tendo de seguida lido o convite remetido aos empresários salientando o facto de no mesmo estar referido o nome do Presidente da Câmara com maior destaque e referindo que o mesmo foi enviado do mail da presidência. Entende o Vereador que a partir do momento em que é a Câmara Municipal a enviar o convite, o evento passa a ser também uma iniciativa municipal, o mesmo tem que ser remetido a todos os empresários do Concelho, por uma questão de obrigação moral e ética. Mais grave ainda, no entendimento do Vereador, é que para além do convite ter sido enviado aos habituais empresários que iam aos almoços, foi enviado para mais alguns, escolhidos a dedo, sendo este facto, na sua opinião, errado e imoral e desprovido de ética por existir um tratamento diferenciado a pessoas que lutam no dia-a-dia por criarem empregos e desenvolverem a economia local. Referiu ainda considerar incompreensível que no espaço de um ano não tenha ainda conseguido fazer uma listagem com os empresários do Concelho ou pelo menos atualizar a que já existia. Terminou referindo que a iniciativa é de apadrinhar mas terá que o ser com equidade pois os empresários que não foram convidados não se devem ter sentido muito satisfeitos, e com razão. -----

Usou novamente da palavra o Vereador Sérgio Sêco referindo que relativamente à questão do projeto mentes brilhantes está um pouco baralhado uma vez que há cerca de um mês, aquando da presença de dois elementos do projeto na reunião de câmara, o Sr. Presidente referiu que o protocolo já tinha sido enviado ou seria enviado nessa semana para a ADFP dar o seu aval. Entende o Vereador que o protocolo provavelmente ainda estará a ser feito e que não há intenção da Câmara apoiar um projeto tão útil para o Concelho, pretendendo antes anunciar a sua morte. -----

O Senhor Presidente absteve-se de comentar as afirmações do Vereador Sérgio Sêco, referindo contudo que houve naturais ajustes ao protocolo. -----

Sobre a intervenção do Vereador José Miguel Ferreira apenas lhe pediu que não caísse na tentação de colocar a política numa iniciativa dos empresários e para os empresários que devem ser apoiados com toda a boa vontade e pediu que não tentasse matar à nascença uma iniciativa que se pretende que siga o seu percurso natural e que seja liderada pelos empresários para os empresários. Novamente referiu que se houve falhas serão certamente corrigidas. -----

Voltou a pedir o uso da palavra o Vereador Sérgio Sêco para referir que ao contrário do que refere o Senhor Presidente, não são apenas as declarações das atas das reuniões



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Empresário
Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

realizadas antes das assembleias municipais que não são transcritas para a assembleia uma vez que há casos de coisas mais antigas que também não o foram. Mais referiu que lhe parece que se trata de uma ordem do executivo para que as declarações não sejam colocadas. Mais referiu que nos mandatos anteriores, as declarações eram sempre colocadas, independentemente da data da realização das reuniões da Câmara sendo pedido aos vereadores que fornecessem ou corrigissem as suas intervenções para que constassem dos extratos e os deputados pudessem decidir da melhor forma. -----

CORRESPONDÊNCIA -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares ao presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Do Centro Infantil da Fundação ADFP de Miranda do Corvo, a solicitar a continuidade das aulas de natação, no decorrer do presente ano letivo, para um total de 75 crianças. Tem junto parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, do seguinte teor: -----

“Relativamente ao deliberado na reunião de câmara de 17 de outubro de 2014, sobre o pedido efetuado pelo Centro Infantil da Fundação ADFP, cumpre-me dizer, que:-----

- o mesmo não poderá ser enquadrado no QUADRO XXIV do Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo, referente à Piscina Municipal Coberta, no ponto n.º 5 que refere expressamente: “5 – Utilização das pistas por parte das Escolas Oficiais, da rede pré- -escolar e 1.º ciclo, do Concelho – Gratuito”, dado que o Centro Infantil da Fundação ADFP não poderá ser considerado uma escola oficial da rede pré-escolar (de acordo com o transmitido em contacto telefónico com a DREC - Direção Regional da Educação do Centro; -----

- neste caso a presente situação, poderá ser enquadrada no QUADRO XXIV do Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo, referente à Piscina Municipal Coberta, no ponto n.º4.3 que refere expressamente: “Outros clubes federados e entidades sem fins lucrativos, por hora e pista- 8,00€” -----

- Não obstante, poderá a entidade em questão dado que é uma IPSS solicitar ao abrigo do previsto no art. 10.º do Regulamento de taxas, preços e outras receita do Município de Miranda do Corvo, sob a epígrafe “Isenções” solicitar a isenção de acordo com o previsto no



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

n.º 2 e no n.º 4 do referido artigo, devendo realizar pedido formal dirigido ao Presidente da Câmara, no âmbito do qual deverá ser especificado e fundamentado nos termos do n.º 2 que diz respeito a atos e fatos que se destinam direta e à imediata realização dos seus fins e que se encontra isenta nos termos do artigo 10.º do Código IRC. -----

“Artigo 10.º -----

Isenções -----

1 — Estão isentas do pagamento de qualquer taxa, as pessoas a quem a lei ou Regulamento Municipal confira tal isenção; -----

2 — Estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de estatuto de utilidade pública, relativamente aos actos e factos que se destinem à directa e à imediata realização dos seus fins, desde que se encontrem isentas nos termos, do artigo 10.º do Código do IRC. -----

3 — (...) -----

4 — (...) -----

5 — A isenção só é reconhecida, desde que precedida de pedido formal por parte do sujeito passivo, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, e decidido favoravelmente.” -----

À Consideração Superior, -----

Miranda do Corvo, 31 de outubro de 2014 -----

A Chefe de Divisão de Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues (a).” -----

O Senhor Presidente propôs o seguinte: “Dado que o Centro Infantil da Fundação ADFP de Miranda do Corvo, se encontra abrangido pelos fins previstos nos Estatutos da Fundação ADFP e que é um IPSS, que seja deferida a isenção ao abrigo do artigo 10.º do Regulamento de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Miranda do Corvo. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade atribuir a respetiva isenção, de acordo com a proposta do Senhor Presidente. -----

Da Casa Recreativa e Cultural da Granja de Semide, a solicitar apoio para fazer face a despesas com obras de requalificação no Largo do Outeiro, confinante com a coletividade. Tem junto informação técnica, informando que o orçamento para aquisição dos materiais, é de 2.940,00 euros, acrescido de IVA. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a realização dos trabalhos pelos nossos serviços, assim que exista disponibilidade dos mesmos. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Mais deliberou nomear o colaborador Abel Soares para fazer o respetivo acompanhamento da obra. -----

Da Associação Recreativa e Cultural do Torno, a solicitar apoio para proceder a obras de requalificação e melhoramentos do edifício sede. Tem junto informação técnica e proposta do Senhor Presidente para atribuição do valor de 1.000,00 euros.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio no valor de 1.000,00 euros para fazer face a obras de requalificação e melhoramentos do edifício sede.

Mais deliberou nomear o colaborador Abel Soares para fazer o respetivo acompanhamento da obra e informar da eficácia do respetivo subsídio. -----

Da Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, a solicitar a comparticipação, no âmbito da Gestão do Gal - Eloz, que importa a cada um dos sete municípios envolvidos, o valor de 236,78 euros. Tem junto informação de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade responder favoravelmente ao solicitado procedendo ao pagamento à Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, o valor de 236,78 euros, relativo ao pedido de comparticipação, no âmbito da Gestão do GAL- ELOZ.-----

Da Junta de Freguesia de Vila Nova, a dar conhecimento de requerimento enviado às Estradas de Portugal, S.A., com o objetivo de solicitar a construção de suporte para sustentação de talude no lugar de Sandoeira, freguesia de Vila Nova, na estrada nacional 17/1.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade reforçar o pedido da Junta de Freguesia de Vila Nova junto das Estradas de Portugal para tentar que a situação seja resolvida, dentro da maior brevidade possível, em virtude de se tratar de uma estrada nacional. -----

Do Clube Náutico de Miranda do Corvo, a solicitar que no período compreendido entre as 18.30 horas e as 19.30 horas, de segunda a sexta-feira a piscina municipal coberta esteja fechada ao público em geral. Tem junto informação do Técnico, Carlos Rafael.-----

Usou da palavra a Senhora Vice-presidente que informou que o técnico Rafael Pereira deixou ao critério da Câmara o encerramento ao público da piscina municipal entre as 18.30 horas e as 19.30 horas. Referiu que pela análise da informação do técnico, que analisa a frequência de público no período de duas horas, sendo a frequência da piscina é diminuta e



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

sê-lo-á ainda menos no período de uma hora. Entende que do ponto de vista do utilizador livre a agitação própria das aulas é incomodativa tanto mais considerando o número elevado de utilizadores destas aulas pelo que a proposta não levantará objeções por parte dos utilizadores livres, pelo que propôs a aprovação do pedido, salvaguardando a utilização da sauna. -----

Usou da palavra o Vereador José Miguel Ferreira que desde logo referiu que se trata de uma piscina municipal, paga por todos os contribuintes e que encerrar a piscina de forma sistemática durante um certo período de tempo, sejam quantos forem os utilizadores do público em geral que a utilizem, é profundamente errado. Ainda assim, questionou sobre se o Clube Náutico alugou a piscina toda, sobre se a piscina passou a ser gerida pelo Clube Náutico, nomeadamente os custos da mesma, quantas pistas são alugadas ao Clube Náutico, segundo o protocolo, quais as atividades que lá são praticadas pelo Clube Náutico e quais as atividades que estão previstas no protocolo. Entende também que não pode votar o ponto sem ter acesso ao protocolo uma vez que lhe parece estar a ser violado, para além da questão de não lhe parecer correto. -----

Usou da palavra a Vereadora Rita Santos que questionou quer o aspeto legal quer a pertinência do encerramento uma vez que se trata de um equipamento público e muito embora compreenda que o Clube Náutico tem muitos e bons atletas e o seu mérito é notório. Salvaguardando as questões relativas ao protocolo, que até pode ser alterado, a Vereadora questionou sobre se não existe alternativa ao encerramento e à inibição do público em geral de frequentar a piscina, ainda mais no período referido, muito embora tivesse dúvidas fosse qual fosse o período. Questionou novamente sobre se não há outra forma de resolver a questão e se tem mesmo que ser através do encerramento. -----

Usou novamente da palavra a Senhora Vice-presidente que referiu que o protocolo já é bastante antigo e que tem presente a informação do técnico Rafael Pereira. Do ponto de vista do utilizador, entende que é bastante incómodo o ruído provocado pelas aulas, aceitando contudo que será um incómodo o encerramento para o utilizador livre, salvaguardando que se trata apenas de duas ou três pessoas. Sugeriu assim que ao invés do encerramento se possa fazer uma recomendação aos utilizadores livres para o facto de existirem aulas que os perturbam. -----

Usou novamente da palavra o Vereador José Miguel Ferreira que referiu ter feito cinco perguntas e não lhe ter sido respondida nenhuma, situação que o deixa triste enquanto vereador eleito para defender os interesses dos Mirandenses. O Vereador questionou, na



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Emprego
Registado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

sequência da Senhora Vice-Presidente ter referido que o protocolo tem muito tempo, se o mesmo foi revogado e se tem noção do que acabou de dizer, do ponto de vista legal. Estando o protocolo em vigor, voltou a questionar quais as atividades a praticar do Clube Náutico e se estão ou não previstas no protocolo que vigora, independentemente da data em que tenha sido assinado. Questionou ainda quantas pistas estão entregues ao Clube Náutico e solicitou novamente ter acesso ao protocolo enquanto vereador, por uma questão de transparência e legalidade uma vez que não irá votar um assunto que pode ser ilegal. Entende até que ninguém deveria votar este assunto, independentemente das opções de cada um, fazendo notar que lamenta que a Câmara seja tão legalista com umas instituições e tão mãos largas com outras. -----

Usou da palavra a Senhora Vice-Presidente para informar que quando referiu que o protocolo é antigo foi para demonstrar que o mesmo é de certeza do conhecimento público e que se o Vereador José Miguel Ferreira quer ver o protocolo, ele será presente numa próxima reunião. Referiu que uma vez que não tem o protocolo consigo, terá que ser num aproxima reunião. -----

Usou da palavra o Vereador Sérgio Sêco que referiu depreender que a Senhora Vice-Presidente concorda com o encerramento em favor do Clube Náutico, entidade que lhe merece muito respeito e apoio, ou que se recomende às pessoas que não utilizem porque faz muito barulho. Em sua opinião o encerramento impede que o público em geral utilize a piscina, que é pública, e que se consigam novos utilizadores pelo que entende que fica colocado em causa o interesse público e a proposta sobrepõe-se ao interesse público. Considerando que o Clube Náutico aluga algumas pistas, de acordo com a Lei, os regulamentos e o protocolo, as restantes têm que estar libertas para os utilizadores. Entende que com esta proposta há uma clara violação da Lei, do protocolo e dos regulamentos. -----

O Senhor Presidente, na sequência das intervenções, retirou a proposta e informou que irá solicitar parecer jurídico para responder às questões colocadas, dando disso conta ao Clube Náutico. -----

Do Grupo Etnográfico "Tecedeiros dos Moinhos", a solicitar a disponibilização de um técnico para a elaboração de um pequeno projeto, para construção de um anexo na sede do Grupo, para colocação de um WC e zona de lava-louça. Tem junto proposta do Vereador Miguel Brandão, a nomear a Técnica Ana Figueiredo, auxiliada pelo Assistente Alcino Bento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a cedência do apoio solicitado ao Grupo Etnográfico "Tecedeiros dos Moinhos", nomeando a Técnica Ana Figueiredo, auxiliada pelo Colaborador Alcino Bento, dentro das disponibilidades. -----

Da Comissão de Melhoramentos Cultural e Desportiva de Cadaixo, a solicitar apoio técnico para obras de beneficiação do Largo João de Dias em Cadaixo - Miranda do Corvo.

A Câmara deliberou por unanimidade encaminhar o processo para o Núcleo e Urbanismos e Projetos, para estudar uma solução para beneficiação do Largo João de Dias e que a coletividade e que a população seja ouvida de modo a encontrar uma solução que se enquadre numa vontade conjunta não só da Câmara Municipal mas principalmente da população e da coletividade, dando conhecimento à coletividade, agradecendo a sugestão apresentada.-----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel Ferreira comunicou o seu impedimento nos dois processos seguintes, por ligações familiares à requerente. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Da Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, a solicitar a alteração do Plano de Pormenor da Quinta da Paiva e do apoio técnico na elaboração da necessária alteração ao loteamento da Quinta da Paiva. Tem junto informação dos Técnicos, Ana Figueiredo e Pedro Paiva, do seguinte teor:-----

“Em reunião realizada dia 21 de outubro de 2014, entre técnicos da Fundação ADFP, técnico desta autarquia (Eng.º Pedro Paiva) e Vereador Miguel Brandão, foram os técnicos daquela instituição informados da necessidade de o requerente proceder à alteração dos loteamentos da Quinta da Paiva para os adequarem às alterações realizadas no Plano de Pormenor da Quinta da Paiva.-----

Veio assim a Fundação ADFP solicitar o apoio técnico na elaboração de alteração ao loteamento da Quinta da Paiva. -----

Informamos que os loteamentos da Quinta da Paiva (I e II) foram elaborados pelos técnicos desta autarquia (Ana Figueiredo, Fátima Ferreira e Nuno Caetano, após realização de um processo de loteamento para todo espaço realizado pelos técnicos Ana Figueiredo, Patrícia Cortês e Pedro Paiva), no âmbito de uma colaboração técnica deliberada pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão da expédition geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Consideramos que a ser deliberada nova colaboração técnica para adequação ao plano o deverá ser para os dois loteamentos. -----

Caso seja essa a decisão deverá ser solicitado à Fundação os seguintes documentos para instrução do processo: -----

1 - Certidões da Conservatória do Registo Predial atualizadas de ambos os loteamentos; -----

2 - Requerimentos de alteração dos loteamentos subscritos pelo requerente;

3 - Documentos comprovativos da legitimidade para subscrição dos referidos requerimentos. -----

Miranda do Corvo, 18 de novembro de 2014 -----

Ana Figueiredo, arquiteta (a); Pedro Paiva, engenheiro civil (a). -----

Usou da palavra o Vereador Sérgio Sêco que referiu que se trata de uma situação em que estão em causa postos de trabalho, nomeadamente da queijaria e do fumeiro pelo que solicitou ao Sr. Presidente que o processo possa ir avançando e ser presente na próxima reunião de câmara para que ainda vá à assembleia municipal de dezembro. No seu entendimento uma vez que os processos de loteamento foram aprovados em assembleia municipal, qualquer alteração posterior deverá ser também aprovada nesse órgão. Entendeu que deveria fazer o alerta para evitar que no futuro se venha a chegar à conclusão que deveria ter sido aprovado e não foi. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade, aprovar o apoio técnico na elaboração da alteração ao loteamento da Quinta da Paiva, bem como solicitar à Fundação os documentos constantes na informação técnica.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código Procedimento Administrativo, o Vereador Rui Godinho comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ligações familiares à requerente. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Do "Jardim da Mimi", a solicitar a cedência das instalações da Casa das Artes, para realização de espetáculo, a realizar dia 14 de dezembro. Tem junto informação do Gabinete da Casa das Artes. -----

A Senhora Vice-Presidente, fez uma breve explicação relativa ao pedido da requerente, informando que de acordo com a informação das técnicas ainda não existe regulamento de taxas aprovadas. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão da expetiente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que não tem nada contra a referida empresa, pelo que sabe, faz um trabalho muito meritório com crianças do concelho. No entanto informou que queria levantar algumas questões. Em primeiro lugar, referiu que passado mais de um ano, a câmara ainda não ter um regulamento de taxas para a Casa das Artes, expondo a Câmara a uma indefesa absoluta. Referiu que se um dia destes uma grande empresa ou um banco queira fazer um espetáculo, extremamente lucrativo na Casa das Artes, a Câmara não tem qualquer forma de cobrar dinheiro. Referiu que lhe parece um sinal de incompetência absoluta de passado um ano, ainda não existir um regulamento de taxas para esse efeito. Em segundo lugar, referiu que nada tem a ver com o espetáculo de Natal, questionou se abrindo um precedente, em que poderão entrar na Câmara Municipal, cinquenta pedidos de empresas com interesses lucrativos e permitir a cedência sem a câmara cobrar qualquer taxa. Como terceiro ponto, referiu a situação da informação técnica referir o seguinte “consideramos que deverão contratar a empresa “Mithra Serviços Técnicos”. Acrescentou que do ponto de vista jurídico não poderá votar o assunto, atendendo que é um favorecimento claro. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que o excesso das palavras do Vereador José Miguel, é exagerado. O parecer técnico que referiu é de três técnicas da autarquia que apresentaram o parecer. Informou que o regulamento está a ser elaborado pela Faculdade de Economia. -----

Seguidamente usou da palavra a Vereadora Rita Santos, que referiu que estão todos para trabalhar em prol do bem comum e no caso em concreto para promover a Casa das Artes e na época natalícia que se avizinha é dar uma festa às crianças é o objetivo máximo. Acrescentou que a seguir vêm as burocracias que começam desde logo das partes chatas que são os regulamentos de taxas e todos os regulamentos de organização e funcionamento. Referiu que compreende muito bem que pode existir um atraso grande e que pode não ser da responsabilidade da Senhora Vice-Presidente e que com alguma pena o regulamento está em elaboração e com algum atraso, ainda não foi completado. Contudo, tendo em conta o que está efetivamente explanado na informação, não tem nada a ver se as técnicas estão há muito tempo ou há pouco tempo, o que tem a ver é que tem que existir algum rigor e alguma forma de dizer as coisas para que quando sejam presentes aos vereadores que têm responsabilidade muito clara no que votam, apesar de concordar com o Vereador José Miguel, de que se trata de uma questão grave, atendendo a que analisou o processo e ressaltar os dois aspetos que referiu e que lhe pareceram graves, é que em primeiro lugar, não existe forma de taxar a locação do espaço. Acrescentou que se não existe forma de taxas, não se



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

pode taxar e o que se terá que fazer é que no caso em concreto, o que se vai decidir. Excepcionalmente abrir as portas e assumir a autarquia a responsabilidade pela falta de capacidade de cobrança e ao fazê-lo, obviamente trará todos os problemas que o Vereador José Miguel referiu, que poderá haver um pensamento de favorecimento e tudo o que poderá surgir, ou então decidir que não existem condições de locar o espaço. São tudo questões que terão que ser decididas. Referiu que outro aspeto muito importante também e que é muito mais grave do que acabou de referir, tem a ver com o que as técnicas dizem em relação à proposta de contratação direta daquele tipo de empresa. Informou que não conhece o contrato que foi efetuado com a empresa, é que deveria existir nesse contrato que a Câmara fez com a empresa, esse pressuposto dos imponderáveis. Uma vez que o regulamento abre as portas para que outras entidades possam utilizar aquele espaço, obviamente que deveria ter sido acautelado no contrato (informou que não o conhece e até poderá lá constar), situações do género imponderáveis, ou seja alguma vez que alguém requisita o espaço, para fazer uma atividade/evento, obviamente que toda a logística que lhe está associada tem que ser dada e prestada pela autarquia. A autarquia terá que refletir, esses custos nas taxas a cobrar. Referiu que se assim fosse estaria tudo em perfeita sintonia e não existiria qualquer questão. Obviamente que será assim que a Faculdade de Economia fará os cálculos e se assim fosse não existiria a referida questão. Concluiu que uma das razões em existir um equipamento desta natureza em Miranda do Corvo, é efetivamente existir este tipo de iniciativas, informou ser favorável atendendo a que é uma creche e por quem tem muito apreço e tem todo o gosto que lá façam a festas e muitas outras. -----

De acordo com as questões jurídicas levantadas pelos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, o assunto foi retirado, devendo ser dado conhecimento à requerente e solicitar parecer jurídico. -----

OBRAS -----

Processo de contraordenação n.º 6/2014, de Augusto Carlos Cancela Francisco: presente informação técnica.-----

Face à junção aos autos do assento de óbito do infrator, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à extinção do processo de contraordenação n.º 6/2014, em nome de Augusto Carlos Cancela Francisco, de acordo com a informação técnica. -----

Reposição de legalidade urbanística: requerimento n.º 16079/2014, de Natália Maria Rodrigues Lopes Nunes, residente em Rua Nova da Piedade - Lisboa, a solicitar a prorrogação por mais de 90 dias, para apresentar o licenciamento referente às obras de



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

reconstruções e ampliação de edificação e anexo, sito em Lomba do Rei - Vila Nova. Tem junto informação técnica, informando de que o pedido não tem enquadramento legal, deixando à consideração superior a prorrogação pelo prazo de 30 dias. -----

A Câmara deliberou aprovar a prorrogação do prazo pelo período de 30 dias para apresentação dos elementos em falta. -----

Mais deliberou notificar o requerente que foram elaborados os Autos de Notícia n.º 31/2014 e 110/2013 e instaurado o processo de contraordenação n.º 46/2014, devendo ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. ---

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ligações familiares aos elementos da direção da Casa do Repouso. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Pedido de incentivo ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Investidor: requerimento n.º 656/2014, da Casa de Repouso "O Solar das Chãs", a solicitar a redução/isenção de taxas urbanísticas, de acordo com o art.º 18.º, Capítulo IV e art.º 26.º, Capítulo VI do Regulamento de Apoio ao Investidor, relativo ao processo de obras n.º 105/2014. Tem junto informação técnica. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade deferir o pedido de isenção do pagamento das taxas, de acordo com a informação técnica. -----

Mais deliberou que um mês após a emissão da autorização de utilização a requerente seja notificada a entregar novo mapa de pessoal de forma a ser possível confirmar que pelo menos três postos de trabalho foram afetos à nova unidade residencial, de acordo com a informação técnica. -----

Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 718/2014, de Jorge Manuel Mendes Simões das Neves, residente em Rua de S. Pedro - Meãs, Miranda do Corvo, a requerer a prorrogação de prazo, para proceder à reformulação do processo n.º 176/2014. -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta e de acordo com informação técnica. -----

Processo n.º 123/2014, de José Alexandre Antunes e outros, residente em Vale do Açor - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à demolição de edificação existente e construção de edificação destinada a arrumos (projeto de arquitetura), sito



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Emprego Registrado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

em Vale do Açor - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, relativo à reconstrução de edificação destinada a arrumos, devendo o requerente solicitar a junção ao processo, dos projetos de especialidades identificados na informação técnica no prazo de seis meses. Mais deliberou informar o requerente que a rampa de acesso ao interior do prédio, não pode desenvolver-se na via pública, devendo ser executada no interior do mesmo, de acordo com o projeto. -----

Deliberou ainda que relativamente ao processo de contraordenação n.º 37/2011, deverá ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ligações familiares. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

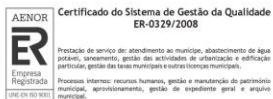
Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 712/2014, de Paulo Manuel dos Santos Bastos, residente em Rua 1.º de Maio - Casal do Meio, 80 - Miranda do Corvo, a requerer a prorrogação de prazo, para entrega de elementos, referente ao processo de obras n.º 108/2014.

Os restantes membros deliberaram por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos necessários à correta instrução do processo, de acordo com informação técnica. -----

Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 696/2014, de Karl Martyn Brown, residente em Rua 1.º de Maio - Lamas, Miranda do Corvo, a requerer a prorrogação de prazo, para entrega de elementos, referente ao processo de obras n.º 145/2014.-----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos em falta, de acordo com informação técnica.-----

Processo n.º 14/2014, de Karl Martyn Brown, residente em Rua 1.º de Maio - Lamas, Miranda do Corvo, a requerer licença para construção de muro de vedação à via pública, sito em Lamas - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento condicionado à implantação do muro de vedação à via pública, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Processo n.º 90/2014, da empresa "Nos Comunicações, S.A., com sede em Rua Ator António Silva, n.º 9 - Campo Grande, Lisboa, a solicitar licença para ocupação de via pública e edifício do mercado para instalação da rede de infraestruturas existentes, sito em Praça de Liberdade - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, do seguinte teor: -----

"A requerente solicita autorização para ocupação de espaço público para a instalação de rede de comunicações em infraestruturas existentes. -----

De acordo com esclarecimento prestado pela requerente na sequência do nosso ofício n.º 3187 de 05/06/2014, os trabalhos que a requerente pretende executar contemplam 2 partes: -----

1-Colocação/passagem de cabos entre duas caixas de vistas existentes na Praça da Liberdade e não implicam a realização de escavações e valas na via pública. -----

2-Colocação/passagem de cabos nas infraestruturas existentes no edifício do mercado Municipal, de forma a disponibilizar o serviço da "Nós, Comunicações, S.A., aos que pretendam usufruir do seu serviço. -----

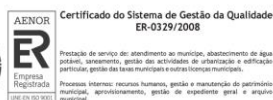
ANÁLISE: -----

- Relativamente ao trabalho previsto para o ponto 1), salvo melhor opinião, não existindo execução de valas ou instalação de caixas de visita, será de dispensar a prestação de caução, havendo apenas ocupação de via pública para realização dos trabalhos. -----

- Relativamente ao trabalho previsto para o ponto 2), visto a pretensão se tratar da utilização de infraestruturas existentes num edifício da Autarquia, Mercado Municipal, sou da opinião que deverá ser solicitado parecer ao técnico que dá apoio técnico à Autarquia, Eng.º João Ramos, o qual esteve presente comigo e com o requerente numa reunião no local para o mesmo explicar a pretensão dos trabalhos. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto, deixamos à consideração de V. Exa., a decisão relativa à pretensão da requerente utilizar as infraestruturas existentes no Mercado Municipal. Caso V. Exa., pondere a sua utilização, proponho que seja solicitado parecer ao técnico que dá apoio





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

técnico na área de electrotecnia à Autarquia, Eng.º João Ramos, relativamente à viabilidade técnica da pretensão. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 06-11-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade solicitar parecer aos Técnicos João Ramos e Joaquim Gonçalves, voltando a uma próxima reunião camarária acompanhado dos respetivos pareceres. -----

Libertação de garantia bancária: requerimento n.º 14932/2014, de Horácio da Silva Raposo, a requerer a restituição do valor da garantia bancária prestada no âmbito do processo de obras n.º 474/2002 - loteamento da Quinta de S. Pedro, na sequência da receção definitiva das respetivas obras de urbanização, aprovada por deliberação camarária de 05-09-2014. Tem junto informação técnica, informando que se encontram reunidas as condições para ser libertado o remanescente da garantia bancária. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a libertação do remanescente da garantia bancária de acordo com a informação técnica. -----

Processo n.º 42/2014, de Belmiro Quatorze Antunes, residente em Rua da Vila Verde, 78 - Ceira, a solicitar licença para proceder à construção de muro de vedação à via pública, sito em Braços, Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido, desde que cumpridos os condicionalismos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento condicionado à implantação do muro de vedação à via pública, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Processo n.º 197/2014, de Rogério Camilo da Cunha Ferreira, residente em Rua da Coutada - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à alteração de muro de vedação à via pública existente (projeto de arquitetura), sito em Rua da Coutada, 14 - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido, desde que cumpridos os condicionalismos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento condicionado a que a alteração proposta não implique modificações à implantação e/ou comprimento do muro existente no local, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel Ferreira comunicou o seu impedimento nos dois processos seguintes, por ter ligações familiares com membros da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Construção de hospital/Clínica - elementos em falta: Processo n.º 109/2014, da Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, com sede em Centro Social Comunitário Dr. Jaime Ramos - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica. -----

Os restantes membros tomaram conhecimento da informação técnica e deliberaram por unanimidade aprovar a mesma, dando conhecimento à requerente. -----

Construção de hospital/Clínica - análise de elementos entregues pelo requerente: Processo n.º 109/2014, da Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, com sede em Centro Social Comunitário Dr. Jaime Ramos - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica. -----

Usou da palavra o Vereador Sérgio Sêco que referiu que o presente processo n.º 109/2014 é o processo mais importante a decorrer atualmente no Concelho. Trata-se de um projeto que trará ao Concelho cerca de cento e cinquenta postos de trabalho e grande pujança económica não só pelos postos de trabalho mas pelas mais-valias ao nível do comércio tradicional. Lamenta que só agora o projeto esteja presente em reunião de câmara e sem uma resolução final apenas com questões técnicas que deviam ser resolvidas entre os técnicos das duas instituições para que os políticos se possam pronunciar. Considerou que o processo não está a ter a atenção devida e seria escusado os processos terem vindo à reunião porque um CD não abriu ou por outros motivos semelhantes, não tendo existido bom-senso da parte do executivo, que deveria ter marcado uma reunião entre todos os técnicos envolvidos. Solicitou que de futuro fosse o Sr. Presidente a conduzir o processo diretamente. Lamentou ainda que após tantos meses de espera se venha dizer que se a Fundação não entregar os elementos em falta no prazo de quinze dias o processo seja indeferido, compreendendo que os técnicos têm que fazer o seu trabalho mas cabe aos políticos encontrar as melhores soluções dentro da legalidade para que a obra possa ter início e se possa contribuir para o desenvolvimento do Concelho. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades correlatas.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Usou da palavra a Vereadora Rita Santos que referiu compreender os constrangimentos do processo, contudo entende que todo o tempo que se possa poupar neste processo é tempo ganho e benéfico para o Concelho. Referiu ainda esperar que tenha já sido enviado um ofício para a instituição a solicitar os elementos em falta, reforçando que não havia qualquer necessidade de os processos terem vindo à reunião, solicitando que seja dado andamento a todos os processos, não só a estes, ainda que os mesmos venham à reunião para conhecimento. Entende que se assim não for poderá passar-se a ideia de se estar a provocar delongas nos processos, acreditando contudo que não é essa a intenção do Sr. Presidente ou do executivo. Referiu ainda que as situações técnicas devem ser tratadas utilizando os mecanismos técnicos, sendo desnecessário estar a constatar repetidamente que faltam documentos. -----

O Sr. presidente referiu que tudo o que a Sr.^a Vereadora disse está a ser feito e tratando-se de um processo de grande importância para o Concelho e para a região, tem existido um tratamento prioritário por parte dos técnicos, de acordo com as indicações que deu. Referiu que foram realizadas reuniões com os técnicos, ressalvando que a informação presente tem dois ou três dias e que os processos estão presentes para conhecimento para que não subsistam dúvidas sobre o tratamento dado à instituição. -----

Os restantes membros tomaram conhecimento da informação técnica e deliberaram por unanimidade aprovar a mesma, dando conhecimento à requerente. -----

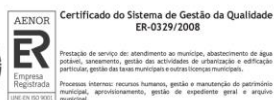
REQUERIMENTOS DIVERSOS -----

Pedido de autorização para acumulação do exercício de funções privadas: requerimento n.º 3845/2014, de Fausto Fernando Morais, residente em Rua D. Afonso Henriques - Miranda do Corvo, a solicitar autorização para a acumulação de funções na área de funções privadas de formador. Tem junto informação dos Recursos Humanos.

A câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido, de acordo com a informação técnica. -----

Reclamação n.º 26/2014, de Cândida Maria Lucas Emídio, residente em Rua das Lapas, 111 - Miranda do Corvo, a apresentar reclamação relativa à denúncia efetuada em 2008, referente à indústria a laborar em garagem. Tem junto informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, do seguinte teor: -----

“Venho por este meio informar de acordo com o solicitado por V/ Ex.^a: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A presente situação tem sido analisada e acompanhada pelo NUP (sendo a técnica que tem prestado informações sobre o mesmo a Dr.ª Fátima Ferreira), pelo que, proponho a remessa da presente reclamação para o NUP. -----

Não obstante, na análise de que for objeto a presente reclamação deverão ser tidos em consideração dois aspetos: -----

- a reclamação está dirigida ao Provedor da Justiça; -----
- deverá ainda ser considerado o previsto no art.º 9.º do CPD, em especial o previsto no n.º 2: -----

“Artigo 9.º -----

Princípio da decisão -----

1- Os órgãos administrativos têm, nos termos regulados neste código, o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados pelos particulares e, nomeadamente: -----

Sobre os assuntos que lhes disseram diretamente respeito; -----

Sobre quaisquer petições, representações, reclamações ou queixas formuladas em defesa da Constituição, das leis e do interesse geral. -----

2- Não existe o dever de decisão quando, há menos de 2 anos contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.”. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 16 de outubro de 2014. -----

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a o teor da informação técnica, devendo ser dado conhecimento da mesma à reclamante. -----

Reclamação n.º 50/2013: requerimento n.º 14770/2013, de Ana Paula Brito Formigal, residente em Travessa Casa dos Pobres - Pereira, Miranda do Corvo, a requerer o pagamento dos prejuízos causados na sua viatura, provocados pelo mau estado da estrada, no dia 30 de setembro de 2013, quando se deslocava de Coimbra para Miranda. Tem junto informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, propondo o indeferimento do pagamento das despesas identificadas no orçamento pela reclamante.

A Câmara deliberou por unanimidade indeferir o pagamento das despesas identificadas no orçamento, atendendo aos referidos elementos probatórios, nomeadamente



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

à informação do Estaleiro Municipal que refere que a estrada encontrava-se limpa e desobstruída à data do acidente. -----

PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Indemnização por prejuízos causados - Carlos Alberto Martins Góis: presente informação da Coordenadora, Maria de Lourdes Silva, a propor que seja revogada a deliberação camarária de 18.08.2014 e que seja aprovado o pagamento de 49,20 euros, como indemnização dos prejuízos causados e proposta de concordância da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar em primeira instância, a revogação da deliberação camarária de 18 de agosto de 2014 e, em segunda instância, aprovar o pagamento do prejuízo causado na viatura do munícipe Carlos Alberto Martins Góis, no valor de 49,20 euros, de acordo com a informação da Coordenadora, Maria de Lourdes Silva e proposta da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues. -----

Proposta de Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado: presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Proposta de Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas, bem como remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Proposta de Regulamento do Serviço Municipal de Teleassistência do Município de Miranda do Corvo: presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Proposta de Regulamento do Serviço Municipal de Teleassistência do Município de Miranda do Corvo, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas, bem como remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Obra de "Execução de Muro de Suporte de Terras em Braços", adjudicada à firma "Construções Brandão & Lopes, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de receção definitiva da obra, bem como a libertação das garantias bancárias.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de vistoria e receção definitiva da obra de "Execução de Muro de Suporte de Terras em Braços" e autorizar a libertação das garantias bancárias de acordo com informação técnica. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao munícipe, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Empreitada de "Restauro da Igreja Matriz - Conservação e Restauro do Altar-Mor, Altares Laterais, Púlpito e Esculturas", adjudicada à firma "Pigma - Conservação do Património Cultural, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 5, referente a trabalhos contratuais, no valor de 6.578,00 euros + IVA.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 5, referente a trabalhos contratuais, no valor de 6.578,00 euros acrescido de IVA e efetuar o pagamento.

Empreitada de "Construção de muro de suporte junto ao complexo desportivo de Moinhos, adjudicada à firma "Construções Luciano & Filhos, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 1, referente a trabalhos normais, no valor de 4.185,73 euros + IVA. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 1, referente a trabalhos normais, no valor de 4.185,73 euros acrescido de IVA e efetuar o pagamento. -----

Obra de "Aplicação de manilhas na Pedreira", adjudicada à firma "Construções Brandão & Lopes, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de vistoria e receção provisória da obra. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de vistoria e receção provisória da obra de "Aplicação de manilhas na Pedreira", de acordo com informação técnica. -----

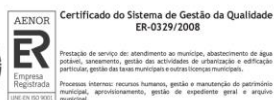
Restituição de verba: presente informação da Assistente Técnica, Paula Osório, a informar da restituição de verba no valor de 37,45 euros, à empresa "NOS Comunicações, S.A", por cobrança indevida. Tem junto proposta de concordância da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a restituição da verba no valor de 37,45 euros, à empresa "NOS Comunicações, S.A.", de acordo com a informação técnica. -----

Empreitada de "Construção de edifício destinado à Casa do Design" - alteração do projeto de estabilidade": presente informação do Fiscal da Obra, Carlos Ferreira, do seguinte teor:-----

"Exm.º Sr. Presidente -----

Aquando do início dos trabalhos de escavação para implantação das fundações da obra da Casa do Design a empresa adjudicatária reclamou, alegando a existência de erros e omissões que obrigavam à execução de trabalhos que não estando previstos seriam necessários para suprir esses erros e/ou omissões. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Fundamentava a empresa adjudicatária esta sua pretensão com a existência de erros de medição no projeto a concurso e com erro na estimativa das condições de segurança do terreno, erro este que evidenciaram com a realização de três sondagens no terreno. -----

Analizadas as reclamações da firma concluímos que estes se poderiam tipificar em duas categorias com diferente nível de responsabilidade da autarquia. -----

1. Trabalhos necessários para suprir erros e/ou omissões na execução do projeto patenteado a concurso:-----

Encontravam-se incluídos neste grupo trabalhos de escavação. -----

Em sede concursal foi apresentada reclamação por erro e/ou omissão no previsto no artigo 1.2.1 das medições. Em resposta a essa reclamação foi por nós alterada a redação do artigo reclamado, dando origem ao artigo 200.1.2.1. -----

O artigo 1.2.1 previa “Escavação para abertura de fundações em sapatas de pilares, conforme o definido em projeto de especialidade, incluindo levantamento e reposição da calçada existente, regularização e compactação do fundo da vala, reposição e compactação de terras, remoção e recolocarão de relva e salvaguarda das infra-estruturas existentes e remates da calçada - 1 Unidade” e passou a ter a redação “Escavação para abertura de caboucos para elementos de fundação, conforme o definido em projeto de especialidade, incluindo entivações, regularização e compactação do fundo de vala (58,50 m3), reposição e compactação de terras, levantamento e reposição da calçada existente nas condições originais e salvaguarda das infra-estruturas existentes, incluindo transporte de sobrestes a vazadouro - 1 Unidade”.-----

Com este esclarecimento/alteração de articulado a Câmara Municipal acautelou a inclusão neste artigo de medição de alguns trabalhos que não o estavam na primeira redação e vinculou o volume de escavação, cuja realização se mostra necessária para a implantação dos elementos estruturais das fundações do projeto concursado, a 58,50 m3. -----

Alegou agora a adjudicatária que o volume necessário de escavação para implantar os elementos de fundação à cota prevista em projeto não é de 58,50 m3 mas sim de aproximadamente 174,98 m3.-----

Após análise do assunto verificou-se que efetivamente este volume de escavação era bastante superior aos 58,50 m3 por nós definidos quando do concurso. Esta situação resultou da alteração das circunstâncias do local provocadas pela demolição anterior da construção existente. -----



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Encontramo-nos assim perante um erro de medição de projeto, enquadrável no previsto no número 1 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos e, como tal, a responsabilidade pelos trabalhos de suprimento do mesmo é do dono da obra. -----

Estes trabalhos importariam num acréscimo de custo para a obra de 2.542,53€ que, nos termos do Código da Contratação Pública, teriam que ser suportados a 100% pela Câmara Municipal. -----

2. Trabalhos necessários para suprir erros e/ou omissões resultantes da necessidade de adaptação do projecto ao terreno por divergência entre as condições previstas e a situação encontrada: -----

Encontram-se incluídos neste grupo trabalhos de escavação, betão armado em pilares e muros de elevação. -----

Com as sondagens efetuadas verificou-se que à cota prevista no projeto para o fundo das sapatas, 1,00 metros abaixo da cota do passeio junto ao rio, o terreno não apresenta as características de resistência necessárias e previstas no projeto, sendo assim necessário proceder ao aprofundamento dos elementos de fundação para cotas de 2,00 abaixo da cota do passeio. -----

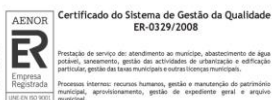
Esta situação obrigaria ao aumento do volume de escavação, para além do aumento já referido no ponto 1, e ao aumento do volume de betão armado na elevação de pilares e muros. -----

Quando a Câmara Municipal procedeu ao concurso da obra o projeto de estabilidade presente a concurso não continha estudo geológico do terreno onde iria ser implantada a obra, estudo esse fundamental para permitir confirmar se as cotas previstas em projeto para as fundações estavam corretamente determinadas pelo projetista. -----

Esta omissão não foi reclamada pela firma adjudicatária nem por qualquer outro dos concorrentes em sede concursal, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos. Se tal tivesse acontecido, esta omissão teria sido suprida e a análise desse estudo teria permitido aos concorrentes aferir da conformidade do projeto com as condições do terreno e consequentemente avaliar da espécie e quantidade de trabalhos previstos. -----

A detecção desta omissão pelo adjudicatário era possível e exigível em fase de apresentação da proposta, verificando-se portanto que estamos perante uma omissão de projeto não reclamada pela adjudicatária em sede concursal. -----

Assim, os trabalhos cuja realização seria necessária para suprir este erro e/ou omissão enquadram-se no previsto no número 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos,





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

sendo a responsabilidade pela sua realização do empreiteiro que assumiria 50% do seu valor, nos termos do número 5 do mesmo artigo. -----

A realização destes trabalhos, no montante de 6.938,79€, seria então imputada em 50% à Câmara Municipal e em 50% à firma adjudicatária. -----

Esta interpretação do Código dos Contratos Públicos não mereceu o acordo da adjudicatária que alegou ter o entendimento de que teria direito ao pagamento de 100% dos trabalhos. -----

Sou de parecer que a firma não tem razão nesta reivindicação. -----

No entanto e porque esta situação não só acarretaria um acréscimo de custo para a obra de 6.011,93€, ou eventualmente 9.481,32€ admitindo que a adjudicatária conseguia fazer valer a sua tese, e iria causar significativos atrasos na obra resultantes das fundações necessitarem de se desenvolver a uma cota inferior à cota do rio solicitei ao Sr. Eng.º Pedro Paiva, projetista de estabilidade, que procedesse à revisão do projeto de fundações com o objetivo de estudar eventuais soluções alternativas de acordo com as condições de segurança do terreno encontradas. -----

O Sr. Eng.º Pedro Paiva assim fez tendo conseguido encontrar a solução que se anexa para a fundação do edifício, através dum ensoleiramento geral em alternativa à solução inicial que consistia numa solução de sapatas isoladas. -----

Esta solução apenas exige que o terreno tenha uma capacidade de 100 MPa em vez dos 250MPa que a solução inicial exigia, permitindo assim a implantação das fundações do edifício à cota inicialmente prevista de 1,00 metros abaixo do passeio junto ao rio. -----

A implementação desta solução apresentaria um acréscimo de custo para a obra de 759,71€ resultante do aumento do volume de escavação e de betão de limpeza. -----

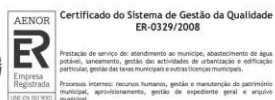
No entanto, invocando os ganhos de tempo na execução que beneficiam a adjudicatária, consegui que a firma aceitasse prescindir deste acréscimo de custo, sendo assim as fundações da obra medidas apenas pelas quantidades inicialmente previstas, sem qualquer acréscimo de custo para a Câmara Municipal. -----

É esta alteração do projecto de estabilidade e contenção periférica, executada pelo Sr. Eng.º Pedro Paiva, que se anexa, propondo-se a aprovação da mesma. -----

Grato pela atenção dispensada apresento os meus melhores cumprimentos. -----

Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira (a), (fiscal da obra) -----

Miranda do Corvo, 4 de novembro de 2014.”. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a alteração do projeto de estabilidade e contenção periférica, de acordo com a informação técnica. -----

Empreitada de "Construção da Casa do Design", adjudicada à firma "CIP - Construções, S.A.": presente informação do Fiscal da Obra, Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira, propondo a aprovação do auto de medição n.º 1, no valor de 1.823,00 euros, acrescido de IVA. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 1, referente a trabalhos contratuais, no valor de 1.823,00 euros acrescido de IVA e efetuar o pagamento. ----

Empreitada de "Reconstrução de um muro em Tábuas - 2.ª fase": presente informação do Técnico, Nuno Caetano, propondo a aprovação do auto de vistoria e receção definitiva da obra, bem como a restituição da caução em posse do Município, do seguinte teor:-----

“Junto se anexa o auto de vistoria e receção definitiva referente à obra mencionada em epígrafe, para homologação. -----

A referida vistoria foi realizada no dia 13 de novembro de 2014, na qual compareceram o Senhor Gabriel das Neves Simões, como representante da firma “Casalda - Sociedade de Construção, Lda.”, e eu, Nuno Alexandre Lopes caetano, Eng.º Civil, como representante da Câmara Municipal.-----

Encontrando-se já decorrido o prazo legalmente estipulado para efeitos de garantia, relativamente a defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro, poderá proceder-se à restituição da caução em posse do Município para garantia da obra, de acordo com o disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, de 29 de janeiro. -----

Assim e de acordo com o requerimento apresentado pelo empreiteiro, dever-se-á autorizar a restituição no valor de 568,30€ (Quinhentos e Sessenta e Oito Euros e Trinta Cêntimos), valor retido aquando do pagamento do auto de medição n.º 1 de trabalhos normais. -----

À Consideração Superior. -----

Miranda do Corvo, 13 de novembro de 2014 -----

O Técnico Superior, Nuno Alexandre Lopes Caetano, Eng.º Civil (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de vistoria e receção definitiva da obra de “Reconstrução de um muro em Tábuas - 2.ª fase”, bem como proceder à restituição no valor de 568,30€, valor retido aquando do pagamento do auto de medição n.º 1 de trabalhos normais, de acordo com a informação técnica. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão da expedita geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Recrutamento Excecional de dois Assistentes Operacional, por Tempo Indeterminado para a Área de Educação: presente Proposta n.º 18/2014, da Vice-Presidente, Ana Gouveia, do seguinte teor:-----

“PROPOSTA N.º 18/VP/2014 -----

Recrutamento Excecional de 2 Assistentes Operacionais -----

Por Tempo Indeterminado -----

Área de Educação -----

1- Nos termos e para os efeitos do previsto no art. 64.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014 (aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), deverá ser sujeito a deliberação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo, a aprovação excecional da abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção; -----

2 - Considerando a informação da Técnica Superior, Dr.ª Luísa Camilo, que se encontra anexa à presente proposta e que realça as necessidades sentidas na área da Educação, nomeadamente na área pré-escolar, torna-se premente a contratação de 2 Assistentes Operacionais por tempo indeterminado;-----

3- Considerando que: -----

-O recrutamento de Assistentes Operacionais no âmbito da Educação Pré-Escolar é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público, sendo que os mesmos tornam-se imprescindíveis para o bom funcionamento dos serviços de Educação, revelando-se esta uma área extremamente sensível de grande responsabilidade considerando que as atividades se destinam, neste caso, a crianças em idade pré-escolar; -----

-o Município assinou Acordo de Cooperação tripartido no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Educação Pré-escolar. Este Acordo garante e estabelece a participação das Autarquias no referido Programa nomeadamente no que se refere a comparticipações pecuniárias e competências ao nível dos recursos humanos; -----

-De acordo com o artigo 32 do Decreto-Lei 147/97 de 11 de Junho” 1- A colocação de pessoal auxiliar de ação educativa nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, na dependência direta do Ministério da Educação ou da administração local, é da responsabilidade dos municípios. 2— Até à definição das competências da administração local autárquica em matéria de pessoal não docente da rede pública da educação pré-escolar, os



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

respetivos encargos são suportados por verbas inscritas ou a inscrever nas dotações orçamentais do Ministério da Educação.”. -----

-Os auxiliares de ação educativa/ Assistentes Operacionais colocados no âmbito, componente letiva da Educação Pré-Escolar, nos estabelecimentos que não possuam auxiliar de ação educativa do Ministério da Educação são comparticipadas na totalidade, mediante apresentação de nota de encargos. O pessoal de Ação Educativa e animação da CAF., agora designadas por Atividades de Animação e Apoio à Família de acordo com Despacho n.º 9265-A/2013 são também da competência dos Municípios; -----

pelo que, o assegurar destas atividades no âmbito da educação pré-escolar é de relevante interesse público, estando fundamentada a carência e necessidade de recursos humanos nesta área; -----

4- Considerando que, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e que deverá ser dado cumprimento ao previsto no n.º 2 do seu art. 64º da Lei do Orçamento do Estado para 2014 (aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), que prevê que se deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos: -----

4.1- o enunciado nas alíneas b), d) e e) do n.º 2 do art. 48.º da referida lei: -----

“b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nem causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade; -----

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro; -----

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior;” -----

No que diz respeito à alínea b) irá ser dado cumprimento no desenrolar do procedimento que se pretende proceder à abertura, sendo que, se solicita, desde já, que seja dada autorização para que o procedimento seja alargado a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, sem prejuízo de serem observadas as prioridades estabelecidas no art. 49.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. Pois, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades conexas.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, dever-se-á proceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. Mais neste Município não se encontram constituídas reservas de recrutamento e a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento ainda não publicou qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento na referida área, sendo que até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta. -----

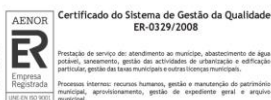
No que diz respeito à alínea d) e e) de acordo com as informações prestadas pelos Recursos Humanos (anexas à presente proposta) está a ser dado cumprimento às imposições legais. -----

4.2- “Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa” -----

-encontra-se cumprido de acordo com o supra mencionado nos pontos 2 e 3, sendo que de acordo com informação anexa, na área de Educação são necessários pelo menos dois Assistentes Operacionais, por tempo indeterminado para assegurar as necessidades que se têm vindo a verificar a longo dos anos, referindo nomeadamente que se continua a verificar a necessidade de recursos humanos na área da Educação, Assistentes Operacionais, em especial ao nível da Educação Pré-escolar e salientando o facto situação de carência destes recursos humanos se prolongar desde há vários anos sem ter sido apontada qualquer resolução definitiva; -----

-ponderada a carência de recursos humanos na atividade, verifica-se a inexistência de qualquer trabalhador que possa assegurar estas funções por serem necessários nos postos de trabalho que ocupam; -----

-a ponderação da evolução global das admissões evidência que: no presente ano não existiram quaisquer admissões de trabalhadores; no presente ano irá ocorrer a cessação de dois contratos por tempo determinado - Assistentes Operacionais - na área da Educação e de um contrato por tempo determinado-Assistente Técnico- ligado quer à Área Administrativa e Jurídica quer à área da Educação e aguarda o deferimento de um pedido de aposentação um Assistente Operacional ligado à área da Educação; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

-não obstante, de acordo com o previsto no n.º5 do art. 62.º do Orçamento de Estado, para efeitos de aumento ou redução de trabalhadores nas autarquias, “não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação”, sendo que, as contratações que sejam levadas a cabo ao abrigo do presente procedimento concursal, encontrando-se a dar cumprimento ao Acordo de Cooperação tripartido no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Educação Pré-escolar, assinado por este Município, não poderão ser consideradas para efeitos de aumento de trabalhadores;-----

4.3-“Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam” - encontra-se previsto de acordo com informação em anexo da Área Financeira;-----

Face ao exposto, proponho à Câmara Municipal:-----

- que delibere proceder ao presente recrutamento excecional, dados os pressupostos enunciados e dado que se verificam os requisitos, de dois Assistentes Operacionais por Tempo indeterminado na Área da Educação;-----

- e após o mesmo se proceda ao envio ao órgão deliberativo para ser sujeito a aprovação.-----

Miranda do Corvo, 12 de novembro de 2014-----

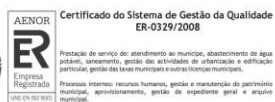
A Vice-Presidente, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia (a).”-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, aprovando o recrutamento excecional de dois Assistentes Operacionais por Tempo Indeterminado, na Área da Educação, dado os pressupostos enunciados na proposta e que se verificam os requisitos previstos no art.º 64.º do Orçamento de Estado para 2014.-----

A presente deliberação deverá ser remetida para a Assembleia Municipal nos termos do previsto no art.º 64.º n.º 2, do Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), para efeitos de aprovação.-----

Proposta de alteração ao regulamento de atribuição de subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Miranda do Corvo: presente Proposta n.º 19/2014, da Vice-Presidente, Ana Gouveia.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao regulamento de atribuição de subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Miranda do Corvo, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado nos





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

documentos anexos ao livros de atas, e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Empreitada de "Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Miranda do Corvo", adjudicada à firma "A. Baptista de Almeida, S.A.": presente informação técnica, do seguinte teor:-----

"No seguimento dos ofícios do Banco Santander Totta, com os registos n.º 14262, 14263 e 14264 de 22 de setembro de 2014 referente ao assunto em epígrafe e dando cumprimento ao despacho de V. Exa. cumpre-me informar: -----

O Banco Santander Totta vem, nos ofícios supracitados, solicitar a liberação de cauções prestadas sob a forma de garantias bancárias, que visaram garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que assumiu com a celebração do contrato e contratos adicionais da empreitada de construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Miranda do Corvo, nomeadamente garantias respeitantes aos trabalhos a mais, ao auto n.º 8 de trabalhos contratuais e ao auto n.º 13 também de trabalhos contratuais. -----

Após uma análise ao processo, verifiquei que existe até à presente data uma série de problemas/anomalias verificadas no edifício, que originaram a não receção definitiva da empreitada e que conseqüentemente não permite a liberação de cauções prestadas. Esta situação encontra-se retratada num processo com o registo n.º 4904 com vários elementos ligados e cuja última movimentação é de 28 de maio de 2014 para o Chefe de Gabinete - Dr. Tierri Lopes com despacho da Dr.ª Marilene Rodrigues, propondo que o presente processo fosse apreciado pela Sociedade de Advogados - CAPA (relatório do SGD em anexo). -----

Assim e face ao exposto, sou de parecer e caso seja esse o entendimento de V. Exas., que dever-se-á oficiar o Banco Santander Totta, no sentido de lhes comunicar que as referidas garantias não podem ser nesta data liberadas. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 30 de outubro de 2014-----

A Técnica Superior, Adelina Antunes Duarte, Eng.ª (a). -----

A Câmara deliberou por unanimidade indeferir o pedido de acordo com a informação técnica.-----

Mais deliberou informar o Banco Santander Totta, no sentido de lhes comunicar que as referidas garantias não podem ser nesta data liberadas. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código Procedimento Administrativo, o Vereador Rui Godinho comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por ter pertencido aos corpos sociais da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Protocolo de colaboração com a Associação Abútrica, relativa a um espaço no Mercado Municipal. -----

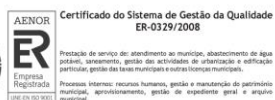
Usou da palavra a Vereadora Rita Santos que considerou o protocolo muito pobre uma vez que não prevê algumas coisas que considera essenciais, para além da planta, que julga ser do Mercado Municipal, não ter legendas nem a identificação dos espaços. Solicitou também esclarecimentos sobre o artigo 10.º do protocolo que refere “não estar constituída a representação do segundo outorgante”, cujo sentido não entende. Entende igualmente que no artigo 8.º deveria ser referido que as obras devem ser previamente autorizadas pela autarquia. -----

Usou da palavra o Vereador Sérgio Sêco que se congratulou por ter feito parte do executivo que protocolou a cedência de uma sala na Casa do Reis à Associação Abútrica, entidade com grande mérito. Referiu compreender a posição da Associação em querer vir para o Mercado, subscrevendo contudo os reparos da Vereadora Rita Santos. Mais solicitou que não se demore um ano a entregar a sala à Associação, à semelhança do que está a acontecer com a cedência de uma sala no âmbito da parceria entre a Fundação ADFP e a UGT. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente que propôs colocar na deliberação que as obras previstas no ponto 8.º devam ser previamente comunicadas e autorizadas pela Câmara Municipal, ressalvando a situação. No que toca às restantes questões colocadas, informou que iria fazê-las chegar à Sr.ª Chefe de Divisão, que elaborou o protocolo, entendendo contudo que existiam condições para aprovar o protocolo, tanto mais que a Associação tem urgência na instalação uma vez que se aproxima a realização dos Trilhos dos Abutres. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o Protocolo de colaboração com a Associação Abútrica, documento que aqui se dá como transcrito ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Proposta de espetáculos para o mês de dezembro de 2014: presente informação do Gabinete da Casa das Artes. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Submetida à votação a proposta da programação da Casa das Artes de Miranda do Corvo, para o mês de dezembro de 2014, foi a mesma aprovada por unanimidade, de acordo com a informação do Gabinete da Casa das Artes. -----

Derrama a cobrar no ano de 2015: presente informação da Técnica Superior, Paula Pequeto. -----

A Câmara tomou conhecimento da informação da Técnica, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivada no dossier anexo ao livro de atas, e deliberou remeter à Assembleia Municipal anexa à proposta do “Lançamento da Taxa da Derrama a cobrar no ano de 2015”, aprovada na reunião camarária de 31 de outubro de 2014. -----

“Proposta de dinamização do comércio local: concurso de montras e iluminação de Natal”: presente proposta n.º 7/2014, do Vereador Rui Godinho, do seguinte teor: -----

“Considerando que: -----

A Câmara Municipal tem por objetivo dinamizar e valorizar o comércio tradicional. ----

A quadra natalícia é uma época especial do ano, pelo que importa preservar as tradições alusivas a esta quadra, apelando ao consumo no comércio local e tornando-o mais atractivo. -----

Para tal, pretende-se proceder à iluminação de natal das principais zonas comerciais da vila, bem como lançar o concurso “Montras de Natal 2014”. -----

Assim, propõe-se a aprovação das normas do concurso “Montras de Natal 2014” em anexo. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 18 de novembro de 2014. -----

O Vereador com Competências Delegadas, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho (a).” -----

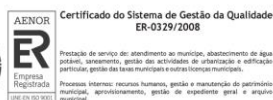
A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ligações familiares ao presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Apoio para compra de livros, intitulado "Os Nossos Campeões" e cedência da Casa das Artes à Fundação ADFP: presente proposta n.º 44/P/2014, do Senhor Presidente, Miguel Baptista, do seguinte teor: -----

“Proposta n.º 44/P/2014 -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Fundação ADFP vai editar e lançar o livro “Os Nossos Campeões” com o registo biográfico de trabalhadores portadores de deficiência e que ao longo dos anos têm realizado um trabalho notável. -----

Neste contexto e como forma de reconhecimento público do mérito dos colaboradores da ADFP proponho: -----

- A cedência gratuita do Edifício da Casa das Artes, para o lançamento do livro “Os Nossos Campeões”, a decorrer no dia 06 de dezembro de 2014; -----

- A compra de 123 exemplares do mesmo livro, sendo, 100 exemplares, para ofertar a visitantes e para equipar as Escolas e Bibliotecas do concelho e, os outros 23 exemplares, para oferecer aos implicados no livro - livros no valor de €1.476,00 (mil quatrocentos e setenta e seis euros); -----

- Oferta do “Porto de Honra” no final da cerimónia. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 19 de novembro de 2014. -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a). -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade a proposta apresentada. -----

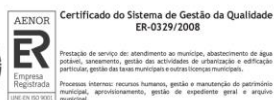
Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira: Tem junto informação da Técnica de Planeamento, Ana Patrícia Cortês, do seguinte teor: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, e de acordo com o solicitado por V. Exa., cumpre-me informar: -----

Em Reunião de Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2013 foi deliberado aprovar por unanimidade a aceitação dos resultados do período de discussão pública, a alteração da proposta do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira de acordo com a “Reclamação e Sugestão” recebida e a elaboração da sua versão final, para posterior aprovação, encontrando-se condicionada à homologação do levantamento topográfico pela Direção-Geral do Território, tendo também sido deliberado remeter este processo à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

Para cumprimento desta deliberação, foi este processo presente em Reunião da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2013. -----

Relativamente à cartografia a utilizar, relembra-se que no parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), mais concretamente na Ata da Reunião da Conferência de Serviços realizada a 07 de maio de 2012, esta entidade referiu que a cartografia de referência a utilizar deve ser obrigatoriamente homologada, segundo o disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 3.º do Decreto-Regulamentar





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

n.º 10/2009, de 29 de maio, devendo a Câmara Municipal acautelar os aspetos legais referidos neste parecer, sendo que só após a sua homologação pela Direção-Geral do Território, é que este Plano de Pormenor pode ser aprovado em Assembleia Municipal. -----

Para o cumprimento do disposto neste diploma legal, no que concerne à cartografia de referência a utilizar na elaboração das peças gráficas, foram entretanto concluídos todos os trabalhos necessários para a sua homologação pela Direção-Geral do Território, de acordo com o Requerimento n.º 4347, 29.03.04, de 18 de março de 2014, através do qual a Empresa responsável por estes trabalhos comunicou a esta Câmara Municipal o envio do respetivo processo para homologação aquela entidade. -----

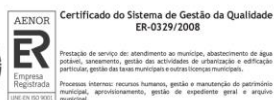
Posteriormente, através do Requerimento n.º 14056, de 17 de setembro de 2014, esta Empresa informa que a Direção-Geral do Território concluiu o processo de homologação da cartografia à escala 1:2000 da Zona Industrial da Pereira, resultante da generalização do levantamento topográfico à escala 1:500, de acordo com despacho do seu Diretor-Geral datado de 08 de setembro de 2014 e ao qual atribuiu o Processo n.º 291. -----

Ainda relativamente ao processo de elaboração deste Plano de Pormenor, mais me cumpre informar, atendendo à entrada em vigor da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Miranda do Corvo, publicada através do Aviso n.º 8473/2014, em Diário da República n.º 139, 2.ª Série, de 22 de julho de 2014, que este se encontra identificado como U10 - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão - Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira. -----

Assim, decorrente da finalização do processo de homologação da cartografia a utilizar na elaboração das peças gráficas assim como da entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM de Miranda do Corvo, foi elaborada a versão final do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira, nomeadamente no que concerne ao cumprimento do definido na alínea d) do n.º 6, do Artigo 6.º, do Decreto-Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, assim como à adaptação das suas peças escritas e peças gráficas para o cumprimento e execução do previsto na 1.ª Revisão do PDM de Miranda do Corvo. -----

Concluída a elaboração da versão final do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira, esta será aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão pública, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. Com a aprovação do Plano pela Assembleia Municipal a fase de elaboração encontra-se concluída. -----

Após a aprovação do Plano pela Assembleia Municipal, a Câmara Municipal remete para publicação, na 2.ª Série do Diário da República, a deliberação municipal que aprova o





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

plano, o regulamento, a planta de implantação e a planta de condicionantes. O prazo que medeia entre a data de aprovação e a data de publicação não pode ser superior a 2 meses. ---

Deve ser publicitado em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional e no sítio da Internet desta Câmara Municipal. -----

Após a publicação em Diário da República, a Câmara Municipal envia, no prazo de 15 dias, à DGOTDU para efeitos de depósito uma coleção completa das peças escritas e gráficas que constituem o conteúdo documental do plano, bem como uma cópia autenticada da deliberação da Assembleia Municipal que o aprova, o respetivo relatório ambiental, os pareceres ou atas emitidos, quando a eles houver lugar, e o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública. -----

Chama-se a atenção para o facto de que nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2011, de 06 de janeiro, o envio dos Instrumentos de Gestão Territorial para publicação em Diário da República e respetivo depósito na DGOTDU ser feito através de uma plataforma eletrónica dedicada, o Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), somente acessível às entidades públicas mediante acreditação conferida para o efeito. -----

Uma vez que o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira foi sujeito a Avaliação Ambiental, após a publicação em Diário da República, a Câmara Municipal envia à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração contendo os elementos referidos no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, nomeadamente: -----

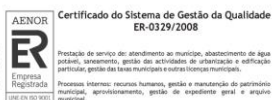
A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa; -----

As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações; -----

Os resultados das consultas realizadas nos termos do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho; -----

As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração; -----

As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no Artigo 11.º do mesmo diploma legal. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Esta informação é disponibilizada ao público através da página da internet desta Câmara Municipal, podendo ser igualmente disponibilizada na página da internet da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

A Câmara Municipal avalia e controla os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, divulgando-os através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Anualmente, a Agência Portuguesa do Ambiente elabora e submete a apreciação do membro do Governo responsável pela área do ambiente um relatório contendo uma apreciação global da conformidade dos relatórios ambientais com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho e propondo as medidas que se revelem necessárias, comunicando à Comissão Europeia as medidas de melhoria adotadas. -----

A Câmara Municipal remete por via eletrónica à Agência Portuguesa do Ambiente as informações necessárias de modo a que esta proceda ao tratamento global da informação relativa à Avaliação Ambiental e assegure o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia bem como a sua disponibilização a todos os interessados. -----

No seguimento deste Plano de Pormenor devem ser atendidas as recomendações apresentadas ao nível dos fatores críticos de decisão, identificados no Relatório Ambiental, estando este condicionado a um adequado Plano de Seguimento, compatível com as exigências do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (conjugando as orientações metodológicas para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica proposta pela Agência Portuguesa do Ambiente, que contemple as sugestões apresentadas ou as que venham a surgir em sede de Discussão Pública). Deve-se também proceder à sua publicitação nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. -

Também após a publicação em Diário da República, a Câmara Municipal procede à publicação na respetiva página da Internet do plano e da declaração contendo os elementos referidos no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e envia, a mesma declaração, à Agência Portuguesa do Ambiente, para efeitos de divulgação na sua página da Internet. -----

Chama-se ainda a atenção para o facto, dada a dimensão da área do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira, de o projeto das infraestruturas se encontrar sujeito



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

a Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 03 de maio, na sua atual redação. -----

Junto se envia a versão final do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira para aprovação em Reunião da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do Artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 18 de novembro de 2013 -----

Ana Patrícia Cortês, Técnica de Planeamento Regional e Urbano (a).” -----

Usou da palavra o Vereador Sérgio Sêco que, em nome da bancada, se regozijou pela conclusão do Plano de Pormenor, lamentando o tempo que se perdeu na homologação da cartografia, apesar do grande esforço de todos os técnicos e todos os políticos. Desejou que no futuro muitas empresas se instalem na Zona Industrial, a bem do Concelho. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a versão final do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Pereira nos termos do previsto no artigo 79.º do Decreto-Lei 380/99 de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

Convite para apresentação de candidatura a medidas de eficiência energética na iluminação pública: Tem junto informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Ana Patrícia Cortês, do seguinte teor: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, e de acordo com o solicitado por V. Exa., cumpre-me informar: -----

Através do Requerimento n.º 17316, 39.08, de 14 de novembro de 2014, a Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC), envia email a informar que se encontra disponível o Convite para apresentação de candidaturas no âmbito do Domínio de Intervenção “Energias Renováveis e Eficiência Energética”, do Eixo Prioritário II “Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”. -----

Informa que estas candidaturas poderão ser apresentadas entre o dia 12 de novembro e as 23 horas e 59 minutos do dia 28 de novembro de 2014, sendo só consideradas candidaturas que tenham sido submetidas em 2012 e/ou 2013. Mais informa que já se encontra a colaborar com diversos municípios para recandidatar as candidaturas que foram submetidas nos anos anteriores através da antiga CIMPIN. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

De acordo com despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, é intenção deste executivo avançar com apresentação de candidaturas nas condições referidas, recandidatando medidas de eficiência energética na iluminação pública. -----

De acordo com informação da AREAC, o valor agora candidatado poderá manter-se ou ser inferior, mas a tecnologia/solução poderá ser alterada e atualizada. O Promotor nesta nova recandidatura passará a ser o Município e não a CIM. -----

Considerando o apertado prazo para a submissão de candidaturas, o próximo dia 28 de novembro de 2014, este município já comunicou à AREAC o seu interesse em recandidatar medidas de eficiência energética na iluminação pública. -----

De acordo com o email da AREAC, o montante deste processo, para os municípios que integraram o projeto GEO.IP e foram parceiros nas edições do POVT anterior, como é o caso do Município de Miranda do Corvo, é de 200,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Assim sendo, e para que a AREAC possa iniciar todo o processo para recandidatar as medidas de eficiência energética na iluminação pública, anteriormente candidatas ao POVT, deve este Município deliberar no sentido de se recandidatar as medidas de eficiência energética na iluminação pública e no sentido de ser passada a respetiva requisição do serviço com o montante acima descrito, ou seja, 200,00 € + IVA à taxa legal em vigor. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 18 de novembro de 2014 -----

Ana Patrícia Cortês, Técnica de Planeamento Regional e Urbano (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade deliberar no sentido de se recandidatar as medidas de eficiência energética na iluminação pública no Município de Miranda do Corvo. ----

Mais deliberou enviar o processo ao Aproveitamento a fim de ser passada a respetiva requisição do serviço, que importa no valor de 200,00 euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Proposta de Alteração ao Regulamento da Feira das Velharias e Antiguidades do Concelho de Miranda do Corvo: presente proposta do Vereador Rui Godinho, do seguinte teor: -----

“Proposta n.º 6/V/2014 -----

Proposta de Alteração ao Regulamento da Feira das Velharias e Antiguidades do Concelho de Miranda do Corvo -----

Considerado que: -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aproveitamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Regulamento da Feira das Velharias e Antiguidades do Concelho de Miranda do Corvo aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal; -----

Sempre o Município trabalhou num espírito de colaboração com o Centro do Cedro para Animais que tem tido um papel fundamental na promoção, organização, dinamização e divulgação da Feira de Velharias e Antiguidades; -----

Nos últimos meses verificaram-se algumas dificuldades de adaptação ao Regulamento, nomeadamente ao local onde se realizaria a Feira todos os meses; -----

Por sugestão do parceiro organizador que recebeu várias sugestões dos vendedores, e num inquérito telefónico realizado pelos serviços da autarquia aos feirantes, concluiu-se que a melhor opção seria estabelecer um local fixo para realização da Feira da Velharias; -----

Assim, no sentido de ser assegurado um funcionamento mais eficaz da referida Feira, a seguinte alteração ao Regulamento da Feira das Velharias: -----

Artigo 2º -----

Localização-----

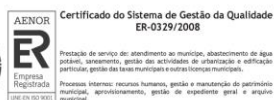
1- Nos meses com horário de Verão, de Abril a Outubro, a Feira realiza-se na Praça José Falcão.-----

2- Nos meses com horário de Inverno, de Novembro a Março, a Feira realiza-se no Mercado Municipal.-----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 18 de Novembro de 2014-----

O Vereador com Competências Delegadas, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho (a).”.-----

Usou da palavra o Sr. Vereador José Miguel Ferreira que referiu que após três meses de aplicação, o regulamento regressa ao que estava bem, acusando o executivo de andar a brincar aos regulamentos e brincar às feiras das velharias e questionando se não estão a querer matar a Feira das Velharias. Recordou também as intervenções da Deputada Fátima Ramos e do Deputado José Taborda que, aquando da aprovação na Assembleia do regulamento, frisaram que a melhor opção era a que estava em vigor e que agora voltará a vigorar. Recordou ainda a declaração de voto do Deputado Hugo Cabral que considerou descabidos os alertas dos deputados do PSD/CDS-PP e que mereceu a concordância do Sr. Presidente da Câmara. Referiu ainda que quando as coisas estão bem devem deixar-se estar bem e que no final quem perdeu foi a Feira das Velharias e o Concelho, deixando dúvidas sobre se o presente regulamento será aprovado na Assembleia Municipal, depois das declarações feitas pelos deputados do PS.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração ao Regulamento da Feira das Velharias e Antiguidades do Concelho de Miranda do Corvo e remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

Fundo de Emergência Social - apoios concedidos no mês de setembro/2014:
presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Fundo de Emergência Social - apoios concedidos no mês de outubro/2014:
presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau (APARF), a informar da venda de postais de Boas Festas de Natal 2014, a um preço muito convidativo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Corvo, a informar que a sessão temática "Metro Mondego/Comboio: que soluções, que futuro, 31/10/2014", fica sem efeito, dada a indisponibilidade do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Unidade Móvel de Saúde e Apoio ao Cidadão - relatório de atividades: presente informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Escola José Falcão de Miranda do Corvo, a agradecer a disponibilidade pela cedência da Casa das Artes, no passado dia 4 de novembro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Assembleia Distrital de Coimbra, a enviar cópia de ofícios e anexos, remetidos à Secretaria de Estado da Administração Local e à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Núcleo de Infraestruturas e Ambiente, a informar da cedência do material à Associação Romeiros de Baco, de acordo com a deliberação camarária de 17 de outubro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão de expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Do Núcleo de Infraestruturas e Ambiente, a informar de que o trabalho de alcatroamento de rua, solicitado pela senhora Maria Almerinda Valente Rodrigues Morais, e de acordo com a deliberação camarária de 18 de agosto de 2014, foi executado. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Margarida Mota, a informar das atividades promovidas e dos dados estatísticos sobre o funcionamento da Biblioteca Municipal Miguel Torga, durante o mês de outubro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Das Estradas de Portugal, S.A., a emitir informação relativa à Ponte do Cabouco (telas finais e certificados). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de edificação n.º 60/2014, relativo à construção de moradia unifamiliar e muros de vedação (Processo n.º 243/2013), em nome de Álvaro Francisco Salgueiro, pelo prazo de 24 meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de edificação n.º 59/2014, relativo à edificação destinada a arrumos (Processo n.º 34/2013), em nome de Manuel Rosa Rodrigues, pelo prazo de 6 meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

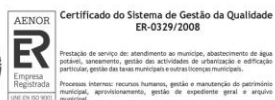
Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de ocupação de via pública n.º 6/2014, relativo à ocupação de via pública com infraestruturas (armário) e abertura de vala (Processo n.º 89/2014), em nome de NOS Comunicações, S.A., pelo prazo de um dia. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013-----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a colocação de placas alusivas aos direitos das crianças, integrado no 1.º Congresso "Ser Criança Ser Adolescente, um Adolescente, um Direito" do Projeto CLDS+ Trilhos do Futuro. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, informando que a Câmara Municipal não pretende exercer o direito de preferência, sobre o prédio urbano - fração AQ, sito Campo da Vila, Rua de Santa Catarina - Miranda do Corvo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo, sob o n.º 10653. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a aprovar a relação de trabalhos a mais, no valor de 6.868,80 euros, da empreitada de "Restauro da Igreja Matriz - Conservação e Restauro do Altar-Mor, Altares Laterais, Púlpito e Esculturas", de acordo com a informação técnica. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a aprovar a autorização especial para venda de velas, no mercado municipal nos dias 8, 15, 22 e 29 de outubro ao senhor Nuno Miguel Barbosa Coelho. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho da Senhora Vice-Presidente, Ana Gouveia, a aprovar a cedência de sala no pavilhão gimnodesportivo ao CEARTE, para no dia 18 de novembro ser realizada uma sessão de divulgação de formação. -----

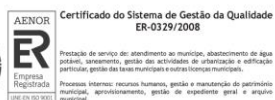
A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a cedência de tenda à Comissão Melhoramentos Cultural e Desportiva Cadaixo, para apoio a evento a realizar dia 1 de novembro de 2014. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente, Miguel Baptista, a autorizar a cedência de transporte à Casa do Povo de Miranda do Corvo, para deslocação a Sousel, Portalegre, no dia 1 de novembro de 2014. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, a senhora Vice-Presidente, comunicou o seu impedimento no presente processo por motivo de ser Presidente da referida coletividade. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Miguel Costa Baptista)

A Assistente Técnica,

(Ana Margarida da Cruz Mendo)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

